



GT 75. Retomadas e re-existências indígenas e negras

Coordenador(es):

Cauê Fraga Machado (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sandro José da Silva (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Sessão 1

Debatedor/a: João Daniel Dorneles Ramos (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 2

Debatedor/a: Luiza Dias Flores (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Sessão 3

Debatedor/a: Sonia Regina Lourenço (Universidade Federal de Mato Grosso)

A antropologia vem tradicionalmente tratando territorialidades negras, quilombolas e indígenas – especialmente do Nordeste – nas chaves analíticas da invenção da tradição, da etnogênese, da fricção interétnica, da reminiscência e da plasticidade identitária. Esses conceitos, além de estarem, na maioria das vezes, atrelados a relação desses coletivos com o Estado-nação, privilegiam apenas as relações políticas entre agentes humanos. Etnografias mais contemporâneas, vêm apresentando dados nos quais categorias nativas como as de retomada e resistência – não apenas como reagente, mas como re-existir – territorial e existencial, quando tomadas como conceitos descrevem diferentes vínculos entre actantes dos mais diversos modos de existência. Esses entes produzem reflexões cosmopolíticas e modos de agir com (ou contra) o Estado-nação de modos antes insuspeitos. Não pela via da memória ou da prova, mas pela cosmologia e relacionalidade estendida a todos existentes, recupera-se algo dado como perdido, inexistente. São “identidades” e territorialidades que sempre existiram, mas estavam aguardando momento propício para se realizar, retomando terras, práticas, contato com seres, objetos, linguagens sem que essas nunca tenham sido perdidas de fato. Nesse GT, privilegiaremos trabalhos etnográficos e reflexões teóricas acerca desse novo cenário no qual indígenas e coletivos negros reclamam sua existência.

Trajetória de ocupação dos kiriri no sul de minas gerais e os direitos indígenas em disputa.

Autoria: Igor Bogado Campanella (UNIFAL-MG - Universidade Federal de Alfenas), Carmem Lúcia Rodrigues
Este work é resultado de uma iniciação científica (IC) sendo realizada na Universidade Federal de Alfenas, articulada ao projeto de extensão "Coletivo Direitos Humanos, Cinema e Afetos", e busca investigar determinadas questões relacionadas a um grupo de indígenas da etnia Kiriri que se instalou há cerca de três anos no município de Caldas, no sul de Minas Gerais. Desde que os indígenas deslocaram-se da Bahia (Muquém de São Francisco) e ocuparam uma área que pertence ao estado de MG, propusemos algumas questões a serem investigadas a partir da etnografia: O que levou parte da etnia dos Kiriri a se deslocar 1400 km do noroeste da aldeia-mãe na Bahia até Caldas? Como se deu o histórico de ocupação do grupo no bairro rural do Rio Verde? Como o grupo enfrentou o processo de reintegração de posse que os expulsou do sítio, em 2018, e o que determinou a ?volta? dos indígenas às terras que atualmente ocupam? De que forma é desenhada a rede de articulação constituída por instituições e indivíduos que os apoiam? Quais são as atuais demandas e estratégias dos Kiriri em Caldas para o fortalecimento de seus direitos culturais e territoriais, garantidos da Constituição Federal de 1988 bem como pela Convenção 169 da OIT, mas sob forte ameaça no Brasil atualmente? Essas questões vêm sendo investigadas, através de conversas informais, desde abril de 2019 e os vínculos estabelecidos entre os Kiriri e as(os) pesquisadoras envolvidas(os) na IC resultou em um



convite para a nossa participação na produção de um pequeno livro sobre a etnia a ser adotado na escola da aldeia. O work de campo previsto no cronograma original da pesquisa não pode ser realizado integralmente em função do início da pandemia do coronavírus, o que nos impôs uma série de desafios e resultou em adequações da pesquisa que merecem discussão neste GT.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: